

## Política de execução de ordens

### 1. OBJETIVO

A fim de cumprir os objetivos de proteção do cliente e transparência em relação à execução e transmissão de ordens de clientes determinadas pela regulamentação vigente no mercado de valores mobiliários, as empresas prestadoras de serviços de investimento, quando executam ou intermedeiam ordens de clientes, devem tomar todas as medidas necessárias para obter o melhor resultado possível para os seus clientes, tendo em conta diferentes variáveis, tais como preço, custos, rapidez, probabilidade de execução e liquidação, volume, natureza ou qualquer outra consideração relevante para a execução da ordem.

A regulamentação exige que as entidades prestadoras de serviços de investimento estabeleçam e implementem uma política de execução de ordens que lhes permita obter o melhor resultado possível para as ordens dos seus clientes.

Assim, o objetivo da ABANCA Corporación Bancaria, S.A. em Portugal (doravante "ABANCA" ou "o Banco") neste documento é a definição de uma política de execução de ordens (doravante, a "Política de Execução" ou a "Política") com o seguinte conteúdo mínimo, conforme disposto na regulamentação:

- Informações sobre os diferentes centros de execução ou intermediários selecionados para a execução de ordens de clientes, bem como os fatores que influenciam a escolha do centro de execução ou intermediário e a importância relativa de cada fator.
- Informações sobre os centros ou intermediários nos quais a melhor execução foi sistematicamente alcançada.
- Mecanismos para disponibilizar aos clientes do ABANCA as informações adequadas sobre a sua Política de Execução.
- Mecanismos de obtenção do consentimento prévio dos clientes do ABANCA em relação à Política de Execução.
- Procedimentos implementados para verificar a equidade do preço proposto ao cliente nos casos em que o ABANCA executa ordens contra a sua própria carteira com produtos fora de bolsa ("OTC operacional").
- Procedimentos para monitorizar a eficácia dos sistemas de controlo da Política de Execução.
- Procedimentos para fornecer informações aos clientes sobre quaisquer alterações importantes na Política de Execução.
- Mecanismos para demonstrar aos clientes que a execução das ordens foi realizada de acordo com a Política definida.

### 2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA POLÍTICA

Em seguida, é detalhada a tipologia dos centros de execução ou intermediários aplicáveis, para cada um dos instrumentos financeiros aos quais se aplica a Política. Nesse sentido, o ABANCA tem duas posições possíveis na cadeia de execução:

- a. Recetor e transmissor das ordens de clientes: será necessário selecionar intermediário(s) que execute(m) as ordens.
- b. Executor de ordens por conta de clientes: será necessário selecionar o centro de execução para o qual as ordens serão diretamente direcionadas. Em alguns instrumentos financeiros, seja porque não são negociados em plataformas de negociação ou porque o preço que o Banco pode oferecer é a melhor execução para o cliente, o ABANCA poderá atuar como contrapartida da transação ("OTC operacional").

Entende-se por "plataforma de negociação", um mercado regulamentado, um sistema de negociação multilateral ("MTF") ou um sistema organizado de contratação ("SOC").

Entende-se por "centro de execução", um mercado regulamentado, um MTF, um SOC, um internalizador sistemático, um criador de mercado ou outro fornecedor de liquidez ou uma entidade que exerça num país terceiro uma função semelhante às desempenhadas por qualquer um dos acima referidos.

## 2.a. Instrumentos financeiros

Embora a obrigação de obter o melhor resultado possível na execução de ordens de clientes se aplique a todos os tipos de instrumentos financeiros, dadas as diferenças nas estruturas de mercado e nos próprios instrumentos, pode ser difícil identificar e estabelecer um padrão e um procedimento uniformes para a execução ótima que sejam válidos e eficazes para todos os tipos de instrumentos. Por conseguinte, ao aplicar a obrigação de execução ótima, devem ser tidas em conta as várias circunstâncias associadas à execução/transmissão de ordens relacionadas com tipos específicos de instrumentos financeiros.

O ABANCA adota diferentes posições na cadeia de execução para cada tipo de instrumento financeiro, conforme detalhado abaixo:

TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO		POSIÇÃO NA CADEIA DE EXECUÇÃO	
		EXECUTOR	TRANSMISSOR
RENTA VARIÁVEL	NEGOCIADA NA PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO	-	V
		-	V
RENTA FIXA	NÃO NEGOCIADA OU NEGOCIADA NA PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO	V	-
IIC	COTADAS	-	V
	NÃO COTADAS	-	V

## 2.b. Clientes

A categorização do cliente desempenhará um papel fundamental na definição da Política de Execução. Os regulamentos atuais estabelecem, entre outros, a necessidade de levar em conta as características do cliente, incluindo a categorização como cliente não profissional ou profissional, como critério para determinar a execução ótima.

A política de Execução do ABANCA será aplicada a todos os clientes definidos como não profissionais, bem como a profissionais. Os clientes definidos pelo ABANCA como contrapartes elegíveis não estarão sujeitos à aplicação da Política de Execução. No caso de solicitar que esta Política lhes seja aplicável, os mesmos deverão ser categorizados com um maior nível de proteção (profissionais ou não profissionais).

## 2.c. Canais através dos quais os clientes do ABANCA operam

A Política de Execução definida pelo ABANCA deverá ser aplicada independentemente do canal através do qual os clientes acedem o ABANCA.

## 3. SELEÇÃO DE CENTROS DE EXECUÇÃO E INTERMEDIÁRIOS

Conforme indicado acima, o ABANCA presta, em relação a determinados instrumentos financeiros, o serviço de execução de ordens (ou seja, acede diretamente ao centro de execução, podendo executar a ordem do cliente contra a sua própria carteira) e, em relação a outros, o serviço de receção e transmissão de ordens (tem-se acesso ao centro de execução através de um intermediário).

O objetivo final de alcançar uma melhor execução para os clientes será articulado, no caso de ABANCA atuar como executor, através da seleção adequada de centros de execução (nos casos em que existem vários), ou execução contra a sua própria carteira e, quando atuar como recetor e transmissor de ordens, através da seleção adequada de intermediários.

A definição da Política garante ao cliente a execução das suas ordens com base em princípios de melhor execução e, portanto, implica necessariamente:

- A existência de procedimentos definidos e aplicáveis a toda a organização.
- A realização de uma análise do ambiente e a determinação dos controlos necessários que assegurem o bom funcionamento dos procedimentos previstos na Política.

### 3.a. Critérios para a seleção do centro de execução ou intermediário que garantam a melhor execução

Conforme estabelecido na regulamentação em vigor, as entidades que prestam serviços de investimento quando executam ou processam ordens de clientes devem ter em conta os seguintes critérios:

- As características do cliente, incluindo a categorização como cliente não profissional ou profissional.
- As características da ordem do cliente, incluindo se a referida ordem inclui uma operação de financiamento de valores mobiliários
- As características dos instrumentos financeiros abrangidos por esta ordem.
- As características dos centros de execução ou intermediários aos quais essa ordem pode ser dirigida.

O ABANCA desenvolveu a sua Política com base nesses critérios, sendo os principais o tipo de cliente, os instrumentos financeiros e o correspondente aos centros de execução ou intermediários aos quais as ordens podem ser dirigidas.

Além disso, os seguintes critérios devem ser tidos em conta na seleção dos intermediários:

- Implementação de uma política de execução das próprias ordens que cumpra todos os requisitos estabelecidos pela regulamentação aplicável;
- A forma como o intermediário acede aos vários centros de execução. Seja direta ou indiretamente através de outros intermediários;
- Os acordos que o intermediário tiver com as entidades compensadoras para a compensação e liquidação.

### 3.b. Etapas para a seleção do centro de execução ou intermediário que garanta a melhor execução

A Política de ABANCA para a seleção do centro de execução ou intermediário que garanta a melhor execução está estruturada nas seguintes etapas:

1. Seleção de centros de execução ou potenciais intermediários.
2. Determinação dos centros de execução ou dos intermediários finais dentre os potenciais previamente selecionados.

Para cada uma das etapas indicam-se os fatores considerados na análise, da seguinte forma:

#### 3.b.1. Seleção de centros de execução ou potenciais intermediários

Inicialmente, **é feita uma seleção de centros de execução ou potenciais intermediários**, de acordo com os seguintes fatores de pré-seleção:

- **Preço e custos:**

Os principais fatores na seleção dos centros de execução ou intermediários potenciais e finais serão o preço da operação e os custos associados. Nesse sentido, na medida em que possam existir vários centros de execução, a sua análise será essencial para determinar o preço do instrumento financeiro e, se necessário, para avaliar o intervalo de preços que será considerado razoável ao considerar um centro de execução/intermediário como o de melhor execução para efeitos da Política. Em termos de custos, será necessário avaliar os custos finais que o cliente não profissional suporta em diferentes cenários, tanto de centros de execução como de intermediários, através da realização de simulações de operações, a fim de determinar a situação mais favorável para o cliente final.

- **Prestígio reconhecido:**

Para a análise de centros de execução ou potenciais intermediários serão consideradas apenas as entidades de reconhecido prestígio no mercado, tendo em conta variáveis como a associação a grupos com presença significativa no mercado, serviços providenciados e qualidade dos mesmos, relatórios de auditoria, etc.

- **Regularidade dos preços e liquidez:**

Relativamente aos instrumentos financeiros com mais de um centro de execução ou intermediário, a regularidade dos preços e da liquidez de cada um deles deve ser avaliada analisando se as variações dos preços publicados são coerentes com o mercado e se não existem flutuações injustificadas e sem um denominador comum. Será igualmente necessário considerar se todos os centros de execução ou intermediários têm capacidade para proporcionar liquidez com a mesma frequência para um mesmo tipo de instrumentos financeiros e, se tal não for o caso, quais as eventuais implicações para o cliente final (avaliando se e em que medida pode ter um impacto direto nos custos).

- **Eficiência na execução e liquidação:**

Capacidade dos centros de execução ou intermediários selecionados de executar e liquidar a operação nos termos apropriados, com a eficácia necessária e minimizando as ocorrências nas operações diárias, e de responder adequadamente às mesmas. Nesse sentido, as informações relativas aos níveis de serviço e estatísticas das entidades analisadas são comparadas, se disponíveis.

- **Sistemas tecnológicos ideais:**

Os sistemas utilizados por centros de execução ou potenciais intermediários sujeitos a análise devem satisfazer os requisitos mínimos em matéria de níveis de serviço, manutenção, revisão e atualização de plataformas, controlos da qualidade e auditorias informáticas e de procedimentos, bem como um plano de continuidade de negócios definido, testado e revisto com uma periodicidade mínima.

O cumprimento dos requisitos mínimos relativos aos fatores de pré-seleção acima descritos constitui um pré-requisito para a aplicação dos fatores de avaliação final (ver item seguinte).

- **Integração tecnológica;**

Capacidade de coesão entre os sistemas das plataformas de negociação e os sistemas bancários.

### 3.b.2. Determinação dos centros de execução ou intermediários finais dentre os potenciais previamente selecionados

Uma vez efetuada a seleção dos centros de execução e dos potenciais intermediários, os escolhidos serão determinados com base nos seguintes fatores de avaliação:

- Preço.
- Custo.
- Velocidade de execução.
- Probabilidade de execução.
- Velocidade de liquidação.
- Probabilidade de liquidação.
- Tamanho da ordem.
- Natureza da ordem.
- Qualquer outra consideração relacionada com a execução da ordem.

No caso de ordens de clientes não profissionais, o melhor resultado possível deverá, em qualquer caso, ser determinado em termos de contrapartida pecuniária global, composta pelo preço do instrumento financeiro e os custos relacionados com a execução, que incluirão todos os custos incorridos pelo cliente diretamente relacionados com a execução da ordem, incluindo as taxas do centro de execução, as taxas de compensação e liquidação e outras taxas pagas a terceiros implicados na execução da ordem.

### 3.c. Aplicação das fases a cada instrumento financeiro

A seguir, encontram-se detalhados os centros de execução e intermediários preferenciais para cada instrumento financeiro. Em geral, os fatores determinantes tanto para os clientes não profissionais como para os clientes profissionais serão o preço do instrumento financeiro e os custos associados à execução.

TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO		Intermediários e centros de execução selecionados
RENTA VARIÁVEL NEGOCIADA NA PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO		CECABANK
RENTA FIXA		LIVRO PRÓPRIO
IIC	COTADAS	CECABANK
	NÃO COTADAS	IFI

#### 1. Renta variável negociada em plataformas de negociação e IIC cotadas:

A posição do ABANCA relativamente a este tipo de instrumentos financeiros é de transmissor de ordens, uma vez que não é membro de nenhuma plataforma de negociação de renda variável nem de IIC cotadas. O ABANCA seleciona um ou vários intermediários financeiros para executar ordens na bolsa de valores correspondente. Existe a possibilidade de haver mais de um intermediário na cadeia de execução.

A partir da lista de potenciais intermediários analisados (ver os fatores de pré-seleção descritos no ponto 3.b.1.) foi selecionado, para a execução de ordens de clientes não profissionais e profissionais, o CECABANK, S.A. (doravante, "CECABANK") após análise dos seguintes fatores qualitativos e quantitativos e considerando as seguintes vantagens

competitivas (os fatores qualitativos são considerados complementares aos fatores quantitativos – preço e custos – elementos nos quais se baseia a conclusão da análise):

#### Fatores de avaliação quantitativa:

- Preço: a renda variável negociada em plataformas de negociação (sejam mercados regulamentados ou SMN), tratam-se de mercados líquidos e transparentes onde o preço do instrumento financeiro não constitui um elemento diferenciador.
- Custos: situam-se no mesmo intervalo que os restantes intermediários analisados.

Dada a semelhança entre todos os potenciais intermediários no que diz respeito ao principal fator de avaliação (preço e custos), foram analisados fatores de avaliação qualitativa adicionais.

#### Fatores de avaliação qualitativa para a seleção do CECABANK como único intermediário para clientes não profissionais:

- Vantagens em conexões e sistemas (rapidez de execução e resposta, mecanismos de controlo da qualidade, disponibilidade de todas as informações exigidas pela regulamentação, protocolo de segurança no sistema de conexão e desenvolvimento personalizado, não exigindo manutenção externa).
- Tem o seu próprio serviço de depósito e custódia de valores mobiliários nacionais e internacionais.
- Acompanhamento minucioso das ordens.
- Possibilidade de obter informações que permitam prestar o serviço de demonstração, a pedido do cliente, da execução das ordens.

## 2. Renta fixa:

A posição do ABANCA para este tipo de instrumentos financeiros é a de executor. O ABANCA executa a ordem do cliente, contra a sua própria carteira de negociação.

Por sua vez, o ABANCA pode optar por fechar ou não a sua posição com outro intermediário financeiro que atue como contraparte. Não obstante, a partir da lista de potenciais intermediários analisados, foi selecionado o próprio livro do ABANCA para a execução de ordens de clientes de renda fixa, após análise dos seguintes fatores qualitativos e quantitativos e considerando as seguintes vantagens competitivas (os fatores qualitativos são considerados complementares aos fatores quantitativos – preço e custos – nos quais se baseia a conclusão da análise):

#### Fatores de avaliação quantitativa:

- Preços: A política geral do ABANCA consiste em aplicar preços de mercado a todas as ordens executadas em nome dos seus clientes.
- Custos: sem custos de execução (comissões bolsistas e intermediários).

Incentivos: o Banco pode receber um incentivo implícito pela transação, que deve, em qualquer caso, ser comunicado ao cliente, e deve cumprir a regulamentação relativa à gestão de conflitos de interesses.

#### Fatores de avaliação qualitativa:

- Maior probabilidade e rapidez de execução e liquidação: a ordem será executada mais rapidamente se for feita contra o próprio livro do que contra a cotação de um terceiro.
- Tamanho da ordem: Dadas as características especiais do ABANCA enquanto prestadora de serviços, existe na Tesouraria do ABANCA uma política de contrapartida sem limitar os volumes mínimos para todos os instrumentos financeiros de renda fixa. Nesse sentido, a Política do ABANCA consiste em negociar pequenas quantias por uma quantia maior para atuar no mercado.

Ao executar ordens de clientes contra a sua própria carteira, o ABANCA deverá verificar a equidade do preço proposto aos clientes através da recolha de dados de mercado utilizados para estimar o preço desse produto e, tanto quanto possível, comparando com produtos similares ou comparáveis. De acordo com o acima exposto, em todos os casos, o ABANCA dispõe de procedimentos para calcular o justo valor dos produtos.

Após a liquidação das transações, o facto de terem sido realizadas fora das plataformas de negociação não representa um risco adicional para o cliente, na medida em que os valores mobiliários ficam a nome do investidor final em contas separadas das próprias contas do Banco ou da instituição financeira na qual os mesmos são finalmente confiados.

Informações adicionais sobre as implicações desta modalidade de execução serão fornecidas, mediante pedido dos clientes.

## 3. IIC não cotadas

Dadas as características especiais das IIC (cujo valor do ativo líquido é determinado de acordo com a lei, sem que seja possível aplicar um preço às subscrições e reembolsos que não o valor do ativo líquido), o Banco deve transmitir à gestora da IIC, a ordem do cliente para conclusão. A gestora deverá completar o pedido do cliente pelo preço e custos estabelecidos por lei e no Estatuto da IIC, não sendo possível aplicar preços, encargos ou comissões diferentes desses. Em relação à dimensão da ordem, o Estatuto da IIC pode estabelecer um prazo de pré-aviso para a execução da ordem.



Pela própria regulamentação dos organismos de investimento coletivo, as ordens de subscrição e reembolso da IIC não cotado são transmitidas à sua própria Sociedade Gestora para conclusão, através da plataforma Imantia Fondos Internacionales de Imantia Capital, SGIC,SA ("IFI").

Caso o cliente solicite a contratação de uma IIC com diferentes categorias homogêneas, o ABANCA oferecerá ao cliente a categoria mais vantajosa em termos de custos, com base na natureza da operação, dentre todas as disponíveis.

### 3.d. Consideração das instruções específicas do cliente

Quando um cliente transmite uma instrução específica sobre onde ou como executar uma ordem modificando qualquer uma das prioridades estabelecidas acima, tais instruções substituirão os aspetos constantes nesta Política. Para todos os outros atributos da operação em relação aos quais não tenha havido instruções, serão respeitadas as disposições da Política aplicáveis.

O ABANCA reserva-se, em qualquer caso, com base na sua capacidade operacional, o direito de aceitar ordens dos seus clientes que contenham instruções específicas de execução.

O facto de o cliente ter transmitido instruções específicas em relação a uma parte ou aspeto da ordem não deve pressupor que o ABANCA está isento da sua obrigação de ótima execução relativamente a outras partes ou aspetos da ordem não abrangidos por essas instruções. Em nenhum momento o ABANCA influenciará o cliente no que diz respeito ao conteúdo das suas instruções.

O cliente é informado de que as suas instruções específicas para a execução de uma determinada ordem podem resultar na não aplicação da Política, ao impedir o ABANCA de adotar as medidas previstas e aplicar a sua Política de Execução para alcançar o melhor resultado possível em relação a essa ordem.

### 3.e. Outras considerações

Além disso, por razões excecionais, a utilização de centros de execução ou intermediários preferenciais não expressamente enumerados nesta Política pode ser justificada:

- no caso de ordens específicas de clientes,
- no funcionamento de um tipo de instrumento financeiro não especificamente contemplado na presente Política,
- se se tiver verificado mudanças na realidade do mercado,
- ou no caso de se considerarem outros fatores.

## 4. PROCEDIMENTO DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA A CLIENTES

O ABANCA comunicará aos seus clientes (não profissionais e profissionais) a sua Política de Execução antes da execução ou intermediação das ordens recebidas desses clientes: Uma explicação da importância relativa dada aos diferentes fatores de avaliação reconhecidos na norma, no momento de selecionar os centros de execução e intermediários para operar, ou o processo através do qual se determinou a importância relativa desses fatores.

Uma cópia atualizada dessa Política estará disponível aos clientes através das suas sucursais e no site do Banco [www.abanca.pt](http://www.abanca.pt).

Em caso de alterações significativas na presente Política, o ABANCA informará os seus clientes.

## 5. OBTER O CONSENTIMENTO DO CLIENTE RELATIVAMENTE À POLÍTICA

O ABANCA obterá o consentimento dos seus clientes para a Política de Execução antes da sua aplicação, em relação às ordens recebidas dos mesmos. Nesse contexto, afirma-se que um cliente deu consentimento à Política se o cliente operar após ter recebido a Política; ou seja, será considerado suficiente obter um consentimento tácito.

No caso da realização de operações OTC, o cliente dá o seu consentimento prévio e expresso o ABANCA para transmitir e/ou executar uma ordem fora da respetiva plataforma de negociação ao abrigo das Condições Gerais que regem a prestação pela entidade de serviços sobre produtos de investimento, bem como da Ordem de Negociação.

## 6. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DO CUMPRIMENTO DA POLÍTICA

### 6.a. Âmbito de aplicação

Conforme estabelecido pela regulamentação vigente, o ABANCA deverá verificar periodicamente a eficácia da Política de Execução adotada e, em particular, a qualidade de execução das entidades abrangidas pela Política, a fim de verificar se estas permitem obter os melhores resultados possíveis para os seus clientes, de forma consistente e sistemática.

Esta revisão também será realizada sempre que houver uma mudança significativa que afete a capacidade do ABANCA de continuar a obter sistematicamente o melhor resultado possível na execução das ordens dos seus clientes utilizando os centros de execução referidos na presente Política, bem como na seleção de entidades para a transmissão das ordens dos clientes. Em especial, será avaliado se ocorreu uma alteração significativa e será

determinada a pertinência a nível da alteração da importância relativa dos melhores fatores de desempenho no momento de cumprir a obrigação global de realizar a melhor execução possível.

O procedimento de acompanhamento e controlo a seguir descrito destina-se a cumprir as disposições da regulamentação, pelo que o âmbito de aplicação deste procedimento:

- É aplicável a todos os instrumentos financeiros descritos no capítulo "2. Âmbito de aplicação da Política".
- É aplicável a todos os canais e instrumentos. Não obstante, a realização dos testes de revisão descritos no ponto "6.b Âmbito dos procedimentos de acompanhamento e controlo" poderá diferir consoante o canal utilizado.
- Aplicar-se-á sempre que o ABANCA atue como entidade executora de ordens, bem como enquanto entidade transmissora de ordens (ver análise do posicionamento do ABANCA na cadeia de execução no capítulo "2. Âmbito de aplicação da Política").

## 6.b. Âmbito dos procedimentos de supervisão e controlo

São definidos dois procedimentos de acompanhamento e controlo da Política de Execução, a aplicar conjuntamente, conforme o disposto no ponto "6.c Periodicidade da avaliação":

1. Avaliação da política de Execução previamente definida ("conceção da Política").
2. Verificação da conformidade com a Política já definida e implementada ("funcionamento da Política").

### 1. Avaliação da Política de Execução previamente definida

Os objetivos deste procedimento de avaliação consistem em rever a lista dos centros de execução e potenciais intermediários identificados para cada instrumento financeiro, bem como em selecionar de forma definitiva os centros de execução e intermediários financeiros através dos quais as ordens dos clientes serão executadas ou transmitidas.

#### a. Centros de execução e potenciais intermediários

No capítulo "3. Seleção de centros de execução e intermediários" encontram-se indicados os critérios definidos pelo ABANCA para a seleção de centros de execução e potenciais intermediários, a partir dos quais serão obtidos aqueles que serão definitivamente selecionados.

Esses critérios serão revistos tendo em conta os centros de execução e intermediários existentes e procedendo a uma análise específica dos seguintes elementos:

- Volumes intermediados por cada um deles e posicionamento nos rankings oficiais.
- Existência de novos centros de execução ou intermediários.
- Condições económicas aplicáveis.
- Análise do mercado e da qualidade de execução dos intermediários e centros de execução. Para realizar esta análise, serão tidas em conta as informações e a experiência proporcionadas por cada um dos responsáveis pela execução e transmissão de ordens do ABANCA.

Decorrente desta avaliação será validada a lista existente dos centros de execução e potenciais intermediários para cada instrumento financeiro ou, se for caso disso, serão sugeridas alterações.

#### b. Centros de execução e intermediários selecionados

Será(ão) efetivado(s), para cada um dos instrumentos financeiros, o(s) centro(s) de execução ou intermediário(s) a utilizar na execução ou transmissão de ordens a clientes.

Para o efeito, será analisado cada um dos critérios descritos no capítulo "3. Seleção de centros de execução e intermediários" tendo especialmente em conta os fatores de custo e preço.

### 2. Verificação da conformidade com a Política já definida e implementada

Além da avaliação anterior, será verificado que, desde a revisão anterior, a Política de Execução previamente definida foi efetivamente cumprida.

## 6.c. Periodicidade da avaliação

A avaliação da concepção e da eficácia da Política será realizada anualmente. Além disso, para prestar um maior apoio aos seus clientes, o ABANCA também avaliará anualmente o funcionamento da Política.

No entanto, conforme indicado no parágrafo 6.a. serão necessárias avaliações adicionais da concepção da Política, desde que haja uma "alteração significativa" que afete a capacidade de o ABANCA de continuar a obter um resultado ótimo na execução de ordens dos seus clientes, utilizando os centros de execução ou intermediários definidos de acordo com o disposto na Política.

A decisão sobre quando deverá ser feita a referida avaliação adicional caberá ao organismo responsável pela função de Compliance no Banco.

Embora as situações que produzem “alterações significativas” precisem de ser analisadas em cada caso, descrevem-se a seguir algumas circunstâncias que poderiam potencialmente exigir uma revisão e avaliação da Política de Execução:

- Existência de lacunas relevantes na prestação do serviço por intermediários ou centros de execução selecionados.
- Existência de um grande número de reclamações de clientes sobre a operação de serviços de execução ou receção e transmissão de ordens.
- Existência de alterações significativas nas condições económicas aplicadas pelos centros de execução ou intermediários.
- Cessação das suas funções, operações empresariais ou entrada em funcionamento de novos centros de execução ou intermediários. A consideração dessas situações como “alteração significativa” será diferente dependendo das características operacionais da negociação em cada instrumento financeiro e do número de centros de execução e potenciais intermediários.

## 7. PRINCÍPIOS A SEGUIR EM MATÉRIA DE DEMONSTRAÇÃO, A PEDIDO DO CLIENTE, DA EXECUÇÃO DAS ORDENS

O ABANCA, nos casos em que atua como um **executor de ordens** demonstrará aos seus clientes (a pedido destes) que as ordens foram executadas de acordo com a Política de Execução estabelecida, materializando-se essa demonstração na verificação de que foram respeitados os princípios e os aspetos definidos na Política em relação aos procedimentos de execução.

Para tal, o ABANCA demonstrará ao cliente que:

- A operação foi realizada através do intermediário ou centro de execução definido na Política, uma vez que o mesmo foi selecionado na sequência do processo de análise e comparação relevante entre as diferentes alternativas de negociação.
- Além disso, o cliente receberá:
  - Cópia da ordem de apoio da operação executada, incluindo, se for caso disso, quaisquer instruções específicas indicadas pelo cliente (e, neste caso, a advertência dada ao cliente sobre as possíveis implicações da execução de instruções específicas em relação à execução dos objetivos estabelecidos na Política de Execução)
  - Informações processadas relativas à ordem, e localizadas nos registos de ordens e operações (e, quando aplicável, desagregações), de forma que a rastreabilidade da ordem seja inequivocamente identificada, desde que chega ao ABANCA até à sua execução final.
- No caso de a execução ser realizada contra a própria carteira do ABANCA (OTC), será demonstrado ao cliente a equidade e razoabilidade do preço oferecido ao cliente, fornecendo as informações/documentação adequadas para justificar tal requisito.
- Nos casos em que o ABANCA atua como **recetor e transmissor de ordens**, decidiu-se facultar aos clientes a possibilidade de solicitar a demonstração da execução das operações de acordo com a presente Política, a fim de aumentar o valor que lhes é oferecido na operação. Para poder realizar essa demonstração de operações, o ABANCA executou as seguintes ações:
  - Solicitou as Políticas de Execução das entidades executoras através das quais opera, a fim de, além de assegurar a complementaridade entre a sua Política e a do respetivo intermediário selecionado, dispor das informações necessárias sobre os centros de execução selecionados pela referida entidade executora.
  - Certificou-se de que, com base no circuito de informações que suporta a operação diária de receção e transmissão de ordens, as informações necessárias estão disponíveis diariamente para refletir a rastreabilidade completa das ordens, entre o momento em que a ordem chega ao ABANCA até o momento em que foi executada e posteriormente confirmada.

## 8. PUBLICAÇÃO DAS CINCO PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE NEGOCIAÇÃO E DAS CINCO PRINCIPAIS ENTIDADES ÀS QUAIS SE TRANSMITEM AS ORDENS DOS CLIENTES

O ABANCA publicará anualmente no seu site, para cada tipo de instrumentos financeiros, os cinco principais centros de execução de ordens, em termos de volumes de negociação, nos quais foram executadas as ordens dos clientes no ano anterior, bem como informações sobre a qualidade da execução obtida.

Além disso, o ABANCA publicará anualmente, para cada tipo de instrumento financeiro, os cinco principais intermediários, em termos de volume de transações, através dos quais se tenha transmitido ordens de clientes para sua execução, bem como informações sobre a qualidade de execução obtida.



## 9. APROVAÇÃO E ENTRADA EM VIGOR

A presente Política e as suas sucessivas alterações deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração do ABANCA, entrando em vigor desde o momento da referida aprovação